

Esporte e lazer: A importância de uma gestão profissionalizada, técnica e científica

Sport and leisure: The importance of professional, technical and scientific management

Deporte y ocio: La importancia de la gestión profesional, técnica y científica

Recebido: 01/07/2024 | Revisado: 11/07/2024 | Aceitado: 12/07/2024 | Publicado: 16/07/2024

José Giovanni Santos Andrade

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5611-0044>

Faculdade Única de Ipatinga, Brasil

E-mail: pef.j.giovanny@gmail.com

Resumo

Este estudo adota o método de revisão bibliográfica com intuito de identificar de forma desfragmentada como ocorre a sistematização das políticas públicas de esporte e lazer nos estados e municípios brasileiros, de modo que seja possível elucidar meios eficazes e capazes de ampliar o acesso a políticas de qualidade que transcendam a mera organização de eventos esportivos, e, que para além disso seja possível incentivar a qualificação e profissionalização dos gestores de cada pasta. Para a realização da revisão, foram selecionados e utilizados trabalhos publicados entre 2012 e 2022, disponíveis nas plataformas Scielo e Google Acadêmico. A escolha desse período permite uma visão abrangente das políticas mais recentes e das tendências atuais no setor de esporte e lazer. Ao compilar e examinar essas fontes, o estudo busca fornecer um panorama detalhado e crítico da situação atual, destacando tanto os avanços quanto os desafios enfrentados. Logo, o objetivo final é apresentar recomendações concretas para a melhoria das políticas públicas, garantindo que elas sejam mais inclusivas, contínuas e eficazes. Espera-se ainda, que com essas melhorias, a sociedade possa usufruir de políticas que promovam o bem-estar geral, incentivem a prática regular e efetiva de esportes e atividades de lazer, e contribuam para o desenvolvimento social e comunitário de maneira sustentável e equitativa.

Palavras-chave: Esporte; Lazer; Política pública; Gestão.

Abstract

This study adopts the bibliographic review method with the aim of identifying in a defragmented way how the systematization of public sports and leisure policies occurs in Brazilian states and municipalities, so that it is possible to elucidate effective means capable of expanding access to quality policies that go beyond the mere organization of sporting events, and that, in addition, it is possible to encourage the qualification and professionalization of managers in each department. To carry out the review, works published between 2012 and 2022, available on the Scielo and Google Scholar platforms, were selected and used. Choosing this period allows a comprehensive overview of the latest policies and current trends in the sport and leisure sector. By compiling and examining these sources, the study seeks to provide a detailed and critical overview of the current situation, highlighting both the advances and challenges faced. Therefore, the final objective is to present concrete recommendations for improving public policies, ensuring that they are more inclusive, continuous and effective. It is also hoped that with these improvements, society can benefit from policies that promote general well-being, encourage the regular and effective practice of sports and leisure activities, and contribute to social and community development in a sustainable and equitable manner.

Keywords: Sport; Leisure; Public policy; Management.

Resumen

Este estudio adopta el método de revisión bibliográfica con el objetivo de identificar de manera desfragmentada cómo ocurre la sistematización de las políticas públicas de deporte y ocio en los estados y municipios brasileños, de modo que sea posible dilucidar medios efectivos capaces de ampliar el acceso a políticas de calidad que vayan más allá de la mera organización de eventos deportivos, y que, además, es posible fomentar la cualificación y profesionalización de los directivos de cada departamento. Para realizar la revisión se seleccionaron y utilizaron trabajos publicados entre 2012 y 2022, disponibles en las plataformas Scielo y Google Scholar. La elección de este período permite tener una visión global de las últimas políticas y tendencias actuales en el sector del deporte y el ocio. Al recopilar y examinar estas fuentes, el estudio busca proporcionar una visión detallada y crítica de la situación actual, destacando tanto los avances como los desafíos enfrentados. Por tanto, el objetivo final es presentar recomendaciones concretas para mejorar las políticas públicas, asegurando que sean más inclusivas, continuas y efectivas. También se espera que con estas mejoras la sociedad pueda beneficiarse de políticas que promuevan el bienestar general, fomenten la práctica regular y eficaz de actividades deportivas y de ocio y contribuyan al desarrollo social y comunitario de forma sostenible y equitativa.

Palabras clave: Deporte; Ocio; Política pública; Gestión.

1. Introdução

De forma analítica, percebe-se que o Esporte e o Lazer no país vivem um dilema que depende muito do estilo de gestão adotado por cada entidade partidária que assume esta responsabilidade após as eleições, modelos estes que beiram muita das vezes ao amadorismo e remetem a “política de pão e circo”. Tornando-se necessário que haja uma intervenção séria para garantir uma gestão profissionalizada, técnica e científica, que assegure os direitos constitucionais adquiridos ao longo do tempo.

Diante disso, ressalta-se que o esporte e o lazer são direitos reconhecidos pela constituição de 1988 e que deve ser destinado a todo cidadão, independente da faixa etária, raça ou poder aquisitivo, pois são estes espaços que possibilitam um momento de diversão, descanso e relaxamento mesmo após os estresses do cotidiano laboral (Brasil, 1988). E, é com o intuito de viabilizar esta concessão que se criou as secretarias de Esporte nos estados e municípios. Embora haja este reconhecimento, é notório o quão frágil se tornou o sistema administrativo e financeiro, que muitas das vezes tem se tornado mais uma política para poucos do que para todos (Silva et al., 2019; Araújo et al., 2020).

Neste caminhar, percebe-se que uma das responsabilidades do Estado é fomentar as práticas esportivas e de lazer formais e não formais como uma forma de produzir Políticas Públicas de fomento, com o fim de garantir a execução em sua plenitude. No entanto, infelizmente, Palmito et al. (2020) aponta determinadas problemática que estão inseridas nos contextos das gestões públicas principalmente no que diz respeito ao tema em discussão, na qual corroborando a isso Araújo et al (2020) entende que o Estado se vale da prestação de serviços por meio da Educação Física nas escolas e da implementação de infraestruturas para se abster da oferta de programas de atividade física, esporte e lazer.

Deste modo, é perceptível a necessidade da existência de alguns indicadores de análise tais como capacitação multiprofissional para os gestores e impulsionamento das manifestações esportivas (Esporte Educação, Esporte Participação e Esporte de Rendimento), bem como as formas de financiamento, na qual para identificar isso analisou-se as formas de gerir de cada partido político dos vinte maiores municípios baiano que foram pesquisados (Palmito et al., 2020), levando a acreditar que municípios menores estão em situação ainda menos favorecida.

Com base nos achados, estas propostas possuem inúmeras dificuldades, pois como Pintos (2018) aponta, um dos principais entraves se refere as arenas políticas encontrada em cada município, pois na maioria dos casos a sistematização para garantir um serviço de qualidade acaba por sendo deixado em segundo plano para sobressair os interesses próprios de cada gestor. Nesse caso, compreende-se a necessidade de que esse projeto seja levado em consideração independentemente de qualquer que seja o partido político, sendo necessário garantir a execução daquilo que venha somar para com a sociedade.

Dito isso, é importante que os gestores municipais busquem sistematizar e entregar políticas públicas de qualidade para a sociedade, cujo reforça-se aos gestores a necessidade do conhecimento de seus papeis e responsabilidades. Logo, este artigo tem como objetivo identificar como está a sistematização das políticas públicas de esporte e lazer nos estados e municípios e o que pode ser feito para que no futuro a sociedade tenha acesso a políticas de qualidade e não apenas a eventos esportivos?

2. Metodologia

É notório, que o tema explorado possui um campo vasto e de extrema relevância para sociedade, por isso, visando os objetivos desse estudo e indicações para resolução das problemáticas, entende-se como essencial realizar um estudo de cunho bibliográfico por meio da revisão narrativa, com intuito de considerar e tomar como parâmetro os conhecimentos já publicados, chamando a atenção para a necessidade de atualização e surgimento de novas pesquisas (Lima, 2019; Cavalcante & Oliveira, 2020; N. Souza et al., 2021). Assim, foram priorizados os artigos publicados no ano de 2012 a 2022 disponíveis

nas plataformas Scielo e Google Acadêmico, ressaltando, que a delimitação temporal não se aplicou a documentos de lei, Livros e E-books, buscados através de palavras chaves e frases voltadas ao tema em questão, tais como esporte e lazer, esporte, lazer, gestão municipal de esporte, políticas públicas, políticas públicas de esporte e lazer, gestão do esporte, visto que conforme Lima (2019) os critérios são estratégias daquele que está realizando a pesquisa.

Por conseguinte, os resultados foram classificados mediante seu potencial e relevância para pesquisa após ser feita uma leitura dos títulos e resumos. Logo, sua confirmação se deu após a apreciação de cada artigo, na qual possibilitou-se coletar os principais dados para embasar esta produção científica. Portanto, no tocante a abordagem, define-se que a análise qualitativa é a mais adequada, considerando as diversas informações encontradas em prol da resolução da problemática, apontada na pergunta de pesquisa (Patias & Hohendorff, 2019), não deixando de considerar as demais abordagens que viessem a contribuir positivamente para este ensaio.

3. Resultados e Discussão

O aprofundamento referente ao tema disparador, resulta na amplificação dos conhecimentos frente as duas Políticas Públicas interligadas hegemonicamente, que por sua vez sem intenção de rotular é caracterizada por ser um meio para estimular os governantes a se colocarem em atividade analisando e avaliando o contexto social para promover atitudes capazes de contribuir com a qualidade de vida do povo (Souza, 2006; Agum et al., 2015), logo, vale ressaltar que ela é capaz de interferir de forma positiva ou negativa na vida dos cidadãos, visto que o Esporte e Lazer são condicionantes para um estilo de vida saudável.

É fato que, de forma analítica se apresenta para sociedade alguns tipos de políticas que podem caracterizar o modelo de gestão de cada Estado e Município (Regulatória, Distributiva, Redistributiva, Constitutiva), podendo este formato ditar o ritmo político de cada comunidade e possibilitando um melhor equilíbrio das ações (Agum et al., 2015). Entendendo isso, pode-se analisar como vem se desenvolvendo a Política do Esporte e Lazer em cada região do Brasil, a exemplo do estado baiano, cujo em análises documentais ficou evidente que esta temática não se encontra no rol de preferência dos programas de gestão municipal e quando ela é pautada está sempre voltada as obras para revitalizar, ampliar ou construir novos espaços destinado ao esporte (Souza et al., 2023).

Ainda segundo Souza et al. (2023), a maioria dos municípios pesquisados na Bahia mostram que seus planos de governos sempre mencionam ações voltadas ao Esporte e Lazer, ambas bem estruturadas, porém dentre eles apenas duas gestões municipais conseguiram efetivar de forma mais diversificada e dialogada com a sociedade. Isso reforça a hipótese de que na maioria das vezes estes planejamentos se tornam apenas uma arena de disputa política em que ganha quem tem as melhores propostas e não quem tem as melhores execuções, mas isso também pode ser reflexo da falta de conhecimento frente a realidade de cada localidade, pois muitas das vezes esses programas não se embasam em pesquisas in loco e sim em desejos que muitas das vezes não são alcançáveis em curto prazo.

Em meio a isso, também é comum observar que em inúmeras situações os incentivos a estas áreas de intervenção remetem ao modelo político de “pão e circo” que acontecia em Roma, quando organizavam eventos públicos para entreter a população evitando revoltas contra as limitações do Estado romano (Granetto & Feitosa, 2022). Logo, este viés tem levado uma parte da população a comparar o formato daquele período com o que vem sendo estimulado na atualidade, pois são muitos os eventos esportivos existentes no país, estados e municípios, bem como o tamanho enfoque, criando uma falsa crença pela sociedade de que seus direitos estão sendo possibilitados.

Conforme o exposto, as ações de Esporte e Lazer que deveriam ser pautadas seguindo um rigor organizacional que identificasse as reais necessidades de determinado município para a partir de então propor ações integradas e que desenvolvam

resultados positivos direcionados a maior parte da população, tem sido superada muita das vezes pelas agendas de megaeventos de esportes em momentos específicos e que só alcançam a minoria, visto que este modelo alcança os interesses particulares de cada gestor e de certa forma torna-se lucrativo economicamente, mas pensando nas conceituações do esporte apenas um terço de sua propositiva é alcançada (Esporte de Rendimento), deixando de lado o contexto do Esporte Educacional e o Participativo (Sawitzki, 2012; Santos et al., 2020).

Neste sentido, Ávila et al. (2019) corroboram com a ideia de que o Estado ainda é ineficiente quando se trata de democratizar e promover o cumprimento desta pauta. Por outro lado, acreditam que embora haja esse distanciamento entre o ideal e o executado, uma das formas de educar a sociedade para requisição de seus direitos é tornando acessível a ela tudo que é planejado no tocante ao Lazer e ao Esporte, de modo que possam verificar a concretização ou não das propostas, ao passo em que a disseminação dessas informações é dever de cada gestão para que seja garantido o princípio da democratização, logo, um dos caminhos para contribuir com a disseminação de informativos sobre os projetos a serem postos em ação, é a utilização dos meios de comunicações pela facilidade de acesso existente na atualidade.

Para além disso, acredita-se que um dos agravantes para a manutenção desse sistema de gestão voltado aos megaeventos, está atrelado a escolha do gestor da pasta que na maioria das vezes é do sexo masculino, isso por si só não é um indicador quando analisado separadamente, mas quando este se soma ao fato de que maioria dos cargos na área do Esporte e Lazer são destinados a representantes políticos partidários, militares e atleta ou ex-atleta que não possuem aprofundamento científico na pasta, a tendência é que haja a priorização dos eventos esportivos (Ávila et al., 2019). Por isso, Santos et al. (2019) reforça a importância de agentes políticos com competências voltadas a pasta, como é o caso dos profissionais de Educação Física, visto que este gestor deverá se responsabilizar pelo desenvolvimento de ações e tomadas de decisões criteriosas e assertivas.

Mediante as abordagens, já é possível ter um panorama de como está a organização em diversos Estados e Municípios no que se refere ao esporte, isso pode ser feito por meio da Plataforma que disponibiliza dados voltados a Gestão do Esporte nos Estados e Municípios (GEEM), na qual tem se assemelhado ao Datasus (Sistema de Informações da Saúde) e outros já existentes no país, onde consta: “ (1) Dados da Entidade; (2) Governança; (3) Recursos Humanos; (4) Política para o Esporte; (5) Instalações; e (6) Cultura Esportiva” (Mezzadri et al., 2020), assim, certamente no futuro este será um meio de contribuir para o melhoramento da Política pública de Esporte e Lazer.

Partindo disso, ao analisar os dados disponibilizados e atualizados em 10 de novembro de 2023 na plataforma, mais de 40% dos municípios já se encontram cadastrados, destes, no que se refere a Natureza 66,87% são Secretarias e a maioria com 27,55% dos setores de esporte são atrelados ao lazer (Instituto de Pesquisa Inteligência Esportiva [IPIE], 2023). Porém, embora estes e outros dados sejam de extrema relevância, ratifica-se que os índices coadunam com as explicações de Ávila et al. (2019), pois na aba de Recursos Humanos consta que 82,96% dos Gestores são do gênero masculino, mas no quesito formação embora as partes apresentem-se de forma positiva, a junção de cada é preocupante, pois 29,81% possui pós-graduação e 29,62% são graduados, enquanto 20,14% apenas possuem ensino médio completo, outros 2,67% só possuem o nível fundamental, 2,12% estão com o ensino médio incompleto e 1,68% com nível fundamental incompleto (IPIE, 2023).

Neste ínterim, os embasamentos vêm demonstrando que não será possível extinguir os megaeventos, mas é fundamental que este seja superado pela Política Pública majoritária de fato e que contribuam para uma sociedade saudável, cumprindo com os ideais desta política. Todavia, para alcançar a qualidade necessária é preciso melhorar os índices suscitados neste artigo, sensibilizando e criando normativas que contribuam para garantir uma Gestão de Esporte e Lazer profissionalizada, técnica e científica, na qual dentre as possibilidades, pode ser alcançada principalmente com o reconhecimento da importância dos profissionais de Educação Física, corroborando com a ideia de que o perfil do gestor

influencia na qualidade dos serviços prestados (Pintos, 2018; Ávila et al., 2021).

As vistas disso, é preciso sair do discurso no papel de que é direito de todos o acesso as ações públicas, pois o que realmente fica evidente é a necessidade da concretização para além do perfil escolhido, do suporte financeiro condizente e do reconhecimento das competências primordiais para o desenvolvimento delas, carecendo que cada agente do Esporte e Lazer precisa pôr em prática e reconhecer seu papel e responsabilidades por exemplo no tocante a avaliação de sua região, qualificação das ações, desenvolvimento da sustentabilidade e produção de conhecimentos, objetivando sempre a democratização na disponibilização destes programas sociais (Pintos, 2018; Santos et al., 2019).

Assim, com base no arcabouço teórico deste estudo, percebe-se que o Brasil como um todo está longe de efetivar e garantir o cumprimento de seus deveres frente ao tema exposto, bem como ao analisar o site do Ministério do Esporte e a cartilha disponibilizada referente a políticas e ações esportivas e de lazer, pode-se encontrar programas como Vida Saudável, Programa Segundo Tempo (PST), Programa Esporte e Lazer da Cidade (PELC), Skate por Lazer, Programa TEAtivo, Lei de Incentivo ao esporte, Infraestrutura Esportiva, Bolsa Atleta, Futebol Feminino e outros, no entanto, não há a garantia de que todos os municípios vão poder executar os programas, visto que o previsto nos editais é a seleção das melhores propostas por região a partir da disponibilidade de orçamento (Brasil, 2023).

Diante destes contextos, na qual a política pública de Lazer e de Esporte é apresentada de forma aversa ao seu fim social, existe a esperança de que com o desenvolvimento de novas pesquisas direcionadas ao assunto e as análises de como cada estado e município desenvolvem suas ações, será possível criar critérios e meios para que cada entidade governamental possa selecionar e propor suas ações de forma coerente, ao passo em que a população tenha realmente acesso a políticas qualitativas e diversas (Souza et al., 2021).

4. Considerações Finais

Em suma, durante todo percurso deste artigo foi possível identificar que embora poucas entidades do Esporte e Lazer se sobressaiam em relação a outras na promoção de políticas com mais qualidade, a grande maioria ainda é refém da sistematização de ações voltadas aos megaeventos, havendo aquelas que destinem todas as suas forças somente nesta vertente. Porém, também ficou nítido o que pode ser feito para que no futuro a sociedade tenha acesso a políticas de qualidade e isso vai de encontro a necessidade de criação de leis que regulamente um modelo de gestão voltado para contratação de gestores com formação em áreas afim a determinada pasta, como é o caso dos profissionais de Educação física cujo possuem conhecimentos técnicos e científicos voltados ao Esporte, Lazer, Gestão, Políticas Públicas e outras.

Considera-se, que uma lei neste quesito é benéfica para a sociedade, que carece de uma atenção profissionalizada, coerente e humanizada. São estas escolhas que fazem valer o voto do cidadão, bem como se tornam eficazes e eficientes na prestação de um serviço público condizente com as expectativas. Ainda assim, é fato que também se torna fundamental a cobrança por financiamento cada vez mais aperfeiçoado, pois as 5.570 localidades do país precisam deste aporte, e não é com “sorteio” de projetos que os direitos serão garantidos a população, é com repartimento de fato. Veja bem, existe atualmente no Ministério do esporte uma gama de programas sociais, mas poucos municípios possuem acesso, isso enfatiza a ideia de que seria muito mais benéfico a existência de um programa completo e que todos pudessem executar, do que a criação de muitos programas para poucos beneficiados.

É preciso ter seriedade na gestão da coisa pública, são bilhões que se bem investido proporcionariam um Esporte e Lazer com mais qualidade e dignidade. Por fim, reforça-se a necessidade de uma pesquisa mais aprofundada capaz de possibilitar a criação de um regimento nacional, local e uma rede que integre todas as comunidades na promoção desta Política Pública e de outras tão essenciais. Tendo em vista ainda que para cumprir a agenda 2030 é preciso ir ainda mais além, pois

para reconstruir um planeta requer tempo e vontade.

Dado o exposto, sugere-se que os trabalhos futuros tratem minuciosamente sobre as políticas de Esporte e Lazer de cada município, considerando desde as propositivas mencionadas em cada plano de governo até o que realmente é posto em prática, de modo que com isso seja possível ter um retrato ainda mais aprofundado da realidade de cada comunidade, facilitando assim a construção de novos posicionamentos em prol do surgimento de políticas assertivas e majoritárias nesta área abordada.

Agradecimentos

Este estudo é fruto de uma relação de amor entre profissional e sua profissão (Educação Física), mas também não posso deixar de agradecer a minha esposa, minha filha, familiares e amigos que contribuíram para que eu pudesse alcançar também o grau de bacharel e especialista.

Referências

- Agum, R., Riscado, P., & Menezes, M. (2015). Políticas Públicas: Conceitos e Análise em Revisão. *Revista Agenda Política*, 3(2), 12–42. <https://doi.org/10.31990/10.31990/agenda.ano.volume.numero>.
- Araújo, S. M. de, [et al.]. (Org.). (2020). *Políticas públicas e movimentos sociais*. Natal, RN: EDUFRN.
- Avila, M., Bahia, C., & Rosa, C. (2019). Gestão esportiva e de lazer uma análise de sites oficiais de 59 municípios baianos. *Motrivivência*, 31(58), 1–17. <https://doi.org/10.5007/2175-8042.2019e56613>.
- Ávila, M. A., Bahia, C. de S. A., Marta, F. E. F., Santos, C. C. V. dos, & Levita, L. M. A. (2021). Perfil dos gestores de esporte e lazer dos municípios dos territórios de identidade litoral sul da Bahia. *Motrivivência*, 33(64), 1–14. <https://doi.org/10.5007/2175-8042.2021e77755>.
- Brasil. (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Brasília, DF: Presidência da República.
- Brasil. (2023). *Cartilha de Ações Orçamentárias*. Brasília, DF: Ministério do Esporte. <https://www.gov.br/esporte/pt-br/aceso-a-informacao/cartilha-acoesc-orcamentarias-final-impressao.pdf/view>.
- Brasil. (2023). *Programas do Ministério do Esporte*. Brasília, DF: Ministério do Esporte. <https://www.gov.br/esporte/pt-br/acoesc-e-programas>.
- Cavalcante, L. T. C., & Oliveira, A. A. S. de. (2020). Métodos de revisão bibliográfica nos estudos científicos. *Psicologia em Revista*, 26(1), 83–102. <https://doi.org/10.5752/P.1678-9563.2020v26n1p82-100>.
- Granetto, D.R.D. Feitosa, L.M.G.C. (2022). Representações do conceito “pão e circo” em Roma e no Brasil: um estudo comparativo. *PHOENIX*, 28(1), 163–178. https://www.academia.edu/download/87410022/Representacoes_do_conceito_pao_e_circo_em_Roma_e_no_Brasil.pdf
- Instituto de Pesquisa Inteligência Esportiva [IPIE]. (2023). *Database – Gestão do Esporte nos Estados e Municípios*. <https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjoiODkwNmFjMmEtMjZiNS00NWJLTGwMzQtOTQzMmVhNzg4ZGFmIiwidCI6ImMzN2IzN2EzLWU5ZTI0NDJmOStiYzY3LTRiOWI3MzhMWRmMCMj9&pageName=ReportSection>
- Lima, C.B. de. (2019). *Dicas para elaborar seu projeto de pesquisa científica*. Temas em Saúde, 2019. ISBN 978-85-905516-6-9.
- Mezzadri, F. M., Santos-Lise, N., Maoski, A. P. C. B., Castro, S. B. E. de, Starepravo, F. A., & Santos, T. de O. (2020). Gestão do esporte em estados e municípios (GEEM): apresentação de uma ferramenta de pesquisa para inteligência esportiva no Brasil. *Pesquisa, Sociedade e Desenvolvimento*, 9 (10), e3769108716. <https://doi.org/10.33448/rsd-v9i10.8716>
- Palmito, F. dos S., Souza, N. B. da S., Pinheiro, R. C., Silva, T. D. (2020). A Atenção Dada ao Esporte e Lazer na Arena Política - Um Estudo sobre os Vinte Maiores Municípios do Estado da Bahia. *Revista de Gestão e Negócios do Esporte, São Paulo*, 5(1), 130-146.
- Patias, N. D., & Hohendorff, J. V. (2019). Critérios de qualidade para artigos de pesquisa qualitativa. *Psicologia em estudo*, 24. <https://doi.org/10.4025/psicoestud.v24i0.43536>
- Pintos, A. E. (2018). O papel social do agente público de esporte e lazer. *The Journal of the Latin American Socio-cultural Studies of Sport (ALESDE)*, Curitiba, 8(2), 1-17.
- Santos, M. A. G. N., Freire, E. dos S., Bastos, F. da C., Mazzei, L. C. (2019). A percepção dos gestores sobre os objetivos do esporte nos municípios. *Cuadernos de Psicología del Deporte*, 19(3), 179-189.
- Santos, P. S. L. dos, Cêa, G. S. dos S., Malta, F. de M. C., Prado, E. C. do, Ferreira, G. C. G., & Diógenes, E. M. N. (2020). Políticas públicas de esporte x educação física: uma lógica de mercadorização e espetacularização do fenômeno esportivo. *Brazilian Journal of Development*, 6(1), 5230–5241. <https://doi.org/10.34117/bjdv6n1-379>

Sawitzki, R. L. (2012). Políticas públicas para esporte e lazer: para além do calendário de eventos esportivos. *LICERE-Revista do Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Estudos do Lazer*, 15(1).

Silva, I. S. da, Menezes, M. L., Silva, T. D. (2019). O aparato institucional destinado ao esporte e lazer: uma análise sobre os municípios baianos. *Seminário de estudos do lazer*, Curitiba, PR. <https://www.researchgate.net/publication/342672461>

Souza, C. (2006). Políticas Públicas: uma revisão da literatura. *Sociologias*, Porto Alegre, 8(16), 20-45. <https://seer.ufrgs.br/index.php/sociologias/article/view/5605>

Souza, N. B. da S., Palmito, F. dos S., Pinheiro, R. C., Silva, T. D. (2023). O esporte e o lazer nas agendas administrativas dos vinte maiores municípios do estado da Bahia (2018-2021). *Research Gate*, 12(10), 1-9. <https://www.researchgate.net/publication/366867446>

Souza, N. B. da S., Silva, T. D., Silva, I. L. F. da, & Menezes, M. L. (2021). Centro de estudos em política e gestão do esporte e lazer: trajetória científica e perspectivas futuras. *Motrivivência*, 33(64), 1-12. <https://doi.org/10.5007/2175-8042.2021e78746>